

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTRO - CÓD. 03

NAS QUESTÕES DE 21 A 25, ASSINALE A AFIRMATIVA INCORRETA.

QUESTÃO 21

- a) A competência para registrar sentença de divórcio quando na respectiva partilha existem imóveis, é do oficial de registro de imóveis.
- b) Notários e registradores contratam seus prepostos segundo a legislação trabalhista.
- c) O horário de funcionamento dos serviços notariais e de registro é estabelecido pelo Juiz Diretor do Foro da Comarca.
- d) É competência exclusiva do notário ou do oficial de registro de imóveis definir o número de prepostos que contratará para auxiliá-lo no desempenho de suas funções.
- e) Notários e registradores são funcionários públicos a quem o Estado faculta a prestação dos serviços públicos notariais e de registros, como permissionários.

QUESTÃO 22

- a) A competência para a elaboração de projetos de lei que visem à melhor prestação dos serviços notariais e de registro, é do Presidente do Tribunal de Justiça.
- b) A fiscalização judiciária dos atos notariais e de registro relacionados na Lei Federal 8.935/94, é exercida pelo Ministério Público Estadual.
- c) O juiz que verificar, em autos, a existência de crime de sonegação fiscal relacionado com a atividade notarial e de registro deverá remeter ao Ministério Público as peças necessárias ao fornecimento da denúncia.
- d) Qualquer interessado pode representar ao Juiz Diretor do Foro para pedir a fiscalização judiciária dos atos do ofício praticados nos serviços notariais e de registro.
- e) Os deveres dos notário e oficiais do registro estão explicitados no art. 30 da Lei Federal nº 8.935/94, e a inobservância dos mesmos acarreta para notários e registradores penalidades aplicadas pelo Juiz Diretor do Foro.

QUESTÃO 23

- a) A competência para imposição das penas previstas em Lei a notários e oficiais de registro é do Juiz Diretor do Foro.
- b) A delegação a notário ou a oficial de registro só se perde por força de sentença judicial irrecurável ou de decisão final em processo administrativo realizado na forma da legislação.
- c) Notários e registradores devem, sob pena de responsabilidade, fiscalizar o recolhimento de todos os impostos incidentes sobre os atos que praticam.
- d) Quando o usuário pedir urgência na prática do ato, o notário ou o oficial de registro pode cobrar acréscimo razoável sobre o valor dos emolumentos estipulados em lei, desde que haja concordância do interessado.
- e) O montante da multa que deva ser aplicada a notário ou a oficial de registro, depende do critério do Juiz Diretor do Foro.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei Federal 8.935/94, que é a Lei dos notários e dos registradores, a delegação a tabelião ou a oficial de registro se extingue:

- a) se eles completarem 70 (setenta) anos
- b) se eles morrerem
- c) se eles contraírem moléstia grave incurável que os inabilite para o exercício da delegação
- d) se eles renunciarem à delegação, ou pedirem aposentadoria facultativa
- e) se eles a perderem como penalidade motivada por falta grave imposta em sentença judicial irrecurável, ou em processo administrativo realizado nos termos da legislação própria

QUESTÃO 25

- a) Notários e registradores aposentados e filiados têm direito a votar e ser votados no sindicato de sua categoria.
- b) Notários e registradores se omitirem na fiscalização dos tributos incidentes sobre os atos praticados por eles ou perante eles, responderão solidariamente, se for impossível exigir-se do contribuinte o cumprimento da obrigação.
- c) Criada nova Comarca desmembrada de outra, e prevista para a mesma estrutura própria notarial e de registro, o titular de serventia da Comarca que sofreu o desmembramento, nela continuará, por força de lei, a exercer sua delegação.
- d) O Juiz Diretor do Foro tem a prerrogativa legal de estabelecer normas técnicas relativas à feitura de determinado ato notarial ou de registro, que atendam, por exemplo, a peculiaridades locais.
- e) Por força do código tributário nacional, o termo "impostos"- contido no art. 30-XI da Lei Federal 8.935/94 - deve ser entendido, em sentido amplo, como "tributos".

NAS QUESTÕES DE 26 A 30, ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA.

QUESTÃO 26

- a) A mesma pena aplicável ao substituto que tenha cometido crime doloso na prática de atos próprios dos serviços delegados, será sempre imposta ao notário ou oficial de registro titular.
- b) Notários e oficiais de registro contratam seus prepostos dentro da legislação que rege os funcionários públicos do Estado.
- c) O Juiz Diretor do Foro estabelecerá, para os notários e registradores de sua comarca, o número de prepostos que poderão contratar.
- d) Notários e registradores respondem pelos prejuízos que seus substitutos causarem a terceiros, por culpa ou má-fé, na prática de atos próprios dos serviços delegados.
- e) Notários e registradores, por serem detentores de delegação do Poder Público, podem praticar os atos de sua competência em qualquer Comarca.

QUESTÃO 27

- a) A competência para declarar a vacância de serventias, quando se extinguir a delegação do seu titular, é do Governador do Estado.
- b) É competente para designar interventor para responder pela serventia o Corregedor-Geral de Justiça do Estado quando, no processo administrativo, se configurar perda da delegação.
- c) Escrevente não pode praticar os atos próprios de serventia notarial ou de registro, porque a delegação é do titular.
- d) O encaminhamento, ao juízo competente, de dúvidas levantadas pelo interessado relativas a exigências feitas pelo titular de serviços notariais ou de registro, é faculdade exclusiva do oficial de registro de imóveis, no âmbito dos serviços notariais e de registro.
- e) A competência para indicar o substituto para responder pelos serviços na ausência ou impedimentos do titular, é do próprio titular da delegação.

QUESTÃO 28

- a) Ainda que profissionais do direito, notários e registradores não podem exercer a advocacia.
- b) Notários e registradores não podem assumir cargo em comissão no Estado, ainda que se afastem previamente da atividade notarial e de registro.
- c) Deputado estadual diplomado e no exercício de mandato pode exercer simultaneamente a delegação para serviço notarial ou de registro.
- d) Até a realização do concurso devido, o Governador do Estado pode remover notário ou registrador de serventia situada em Comarca inicial para serventia vaga situada na Comarca de Belo Horizonte.
- e) Notários e registradores podem praticar pessoalmente atos de seu ofício que sejam do interesse de bisnetos seus.

QUESTÃO 29

- a) A alienação fiduciária só pode ser contratada por pessoa física e só pode ter como objeto imóvel concluído.
- b) O contrato que institui alienação fiduciária de coisa imóvel, quando celebrado com pessoa física, pode ser formalizado por instrumento particular, e deve ser registrado no registro de imóveis competente, para constituição da propriedade fiduciária.
- c) Litígios entre as partes relativos a contratos referentes a financiamento imobiliários em geral não podem ser dirimidos por arbitragem.
- d) Operações de financiamento imobiliário em geral não podem ser garantidos por hipoteca.
- e) O contrato que institui alienação fiduciária de coisa imóvel formalizado por instrumento particular, deve ser registrado no serviço de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas.

QUESTÃO 30

- a) As despesas de pessoal e o gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro são fiscalizáveis pelo Juiz Diretor do Foro.
- b) O Juiz Diretor do Foro deve aprovar os nomes dos substitutos a ela encaminhados por notário ou registrador.
- c) Escrevente substituto não bacharel em direito não pode concorrer ao concurso para obtenção de delegação para o exercício dos serviços notariais ou de registro.
- d) Na vacância, o substituto mais antigo do notário ou do registrador tem o direito legal de ser designado para responder pelo expediente da serventia, até a outorga de nova delegação após o concurso devido.
- e) O Governador do Estado pode outorgar a delegação a qualquer candidato bem classificado no concurso de provimento ou de remoção.

QUESTÃO 31

A função notarial tem caráter:

- a) Eminentemente preventivo, evitando litígios e visando imprimir segurança e eficácia aos atos jurídicos praticados, dentro de um critério de absoluta imparcialidade entre os contratantes.
- b) Essencialmente de resultado, redigindo os atos que sejam solicitados pelas partes.
- c) Remuneratório, já que o tabelião visa ao percebimento dos emolumentos devidos pelos atos praticados.
- d) Meramente redacional, já que ao tabelião apenas cabe redigir os contratos a ele solicitados.
- e) Essencialmente de publicidade, dando conhecimento a todos acerca dos negócios e atos praticados pelos particulares.

QUESTÃO 32

Tabelião de Notas que, para captar clientela, oferece habitualmente descontos em emolumentos, pratica:

- a) um bem para o cliente que, assim, gastará menos.
- b) falta leve.
- c) nenhuma falta, pois seu procedimento atende às exigências da concorrência de mercado, num mundo globalizado.
- d) falta grave.
- e) nenhuma falta, desde que o desconto oferecido não ultrapasse a 10% e conste da respectiva Nota Fiscal.

QUESTÃO 33

De acordo com o artigo 22, da Lei 8.935/94, "os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causarem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos". A responsabilidade do agente delegado é:

- a) Administrativa
- b) Subjetiva.
- c) Objetiva.
- d) Mista.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 34

Dr. Sérgio Silva, empresário do setor da construção civil, com sede na Capital, e irmão do Dr. Saulo Silva, Tabelião de Notas de cidade vizinha, canaliza todos os seus negócios para serem formalizados pela Serventia de seu irmão. No sentido de mais agilizar e facilitar a prestação dos serviços, o Dr. Saulo Silva destaca Escrevente Substituto, a fim de que este pratique os atos notariais na sede da própria empresa. Esses atos praticados pelo Escrevente Substituto são:

- a) Nulos, porque praticados fora da circunscrição territorial delimitada pela delegação de competência.
- b) Válidos, pois trata-se de mera diligência.
- c) Válidos, pois as partes têm ampla liberdade de escolherem o Tabelião de sua confiança.
- d) Nulos de pleno direito, porque somente o Tabelião em pessoa pode praticar atos fora de sua serventia.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 35

Qual a finalidade primordial dos Serviços Notariais?

- a) Registrar os instrumentos traslatícios da propriedade.
- b) Reduzir o custo dos atos jurídicos, pois um bom advogado cobraria muito mais caro para prepará-los.
- c) Fiscalizar o recolhimento dos tributos devidos ao Estado e ao Município.
- d) Proporcionar emprego a diversas pessoas.
- e) Conferir segurança, autenticidade e eficácia aos atos jurídicos que as partes pretendam efetivar.

QUESTÃO 36

Qual é a natureza do Serviço Notarial?

- a) É um órgão do Governo Estadual, dirigido por um servidor público denominado Tabelião, diretamente subordinado ao Poder Executivo, que o fiscaliza.
- b) É um serviço particular, exercido vitaliciamente por Tabelião de Notas, nomeado pelo Governador do Estado.
- c) É uma espécie de empresa particular, a cuja frente se acha um Tabelião, nomeado pelo Governador do Estado, demissível "ad nutum".
- d) É um órgão público, a cuja frente se acha um Tabelião, nomeado em caráter efetivo pelo Governador do Estado, mas que só permanecerá no cargo enquanto bem servir.
- e) É um serviço público, exercido em caráter privado, por delegação do Poder Público.

QUESTÃO 37

Como devem ser providos os Serviços Notariais?

- a) Por livre escolha do Governador do Estado.
- b) Por sucessão de pai para filho, ou de membros de uma mesma família.

- c) Por concurso público de provas e de títulos, sendo 2/3 das vagas reservadas ao concurso de ingresso, e 1/3 ao concurso de remoção.
- d) Por ato de nomeação do Governador do Estado, que deverá recair em candidato constante de lista tríplice, organizada pelo Poder Judiciário, após prévio exame de habilitação.
- e) Por candidato livremente escolhido pelo Governador do Estado, satisfeita a condição de que seja Bacharel em Direito.

QUESTÃO 38

Não sendo já ocupante de uma Serventia, o candidato ao concurso de ingresso na atividade notarial deverá satisfazer alguns requisitos básicos.

- I. Deverá ser Bacharel em Direito.
- II. Deverá ser brasileiro nato ou naturalizado.
- III. Deverá estar quite com o serviço militar, se do sexo masculino.
- IV. Deverá estar em dia com as obrigações eleitorais.

Assinale:

- a) se todos os itens estiverem corretos.
- b) se apenas o item I estiver correto.
- c) se apenas o item II estiver correto.
- d) se apenas o item III estiver correto.
- e) se apenas o item IV estiver correto.

QUESTÃO 39

Assinale o ato que NÃO compete ao Tabelião de Notas, com exclusividade:

- a) Lavrar testamentos públicos.
- b) Lavrar escrituras e procurações públicas ou particulares.
- c) Aprovar testamentos cerrados.
- d) Lavrar atas notariais.
- e) Reconhecer firmas e autenticar cópias.

QUESTÃO 40

Tabelião do interior montou filial ou escritório em Belo Horizonte e aqui vem praticando, habitual e sistematicamente, atos notariais, neles incluindo a declaração falsa de que foram lavrados na serventia matriz, no interior. Comprovadas as irregularidades, através de sindicância administrativa determinada pela Secretaria de Justiça, foi cassada pelo Governador do Estado a delegação efetiva do tabelião infrator. Pergunta-se: A cassação é válida?

- a) Sim, a cassação é válida, pois o tabelião infrator exorbitou-se de suas atribuições, praticando atos fora da sua circunscrição de competência funcional.
- b) Não, porque, configurando a espécie crime de falsidade ideológica, o tabelião somente poderia ter cassada a delegação efetiva depois de condenado no juízo criminal, com sentença transitada em julgado.
- c) Não, porque a prática de tais atos, além de ser bastante usual, só traz benefícios às partes contratantes, agilizando seus negócios e barateando os custos dos serviços, pela saudável concorrência.
- d) Não, porque a perda da delegação efetiva depende de sentença transitada em julgado ou de decisão irrecurável decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa.
- e) A cassação é plenamente válida, pois que o tabelião infrator praticou atos nulos ou anuláveis, pondo em risco as partes contratantes e, assim, descumprindo um dos objetivos primordiais do serviço notarial, que é o de imprimir segurança e eficácia aos atos jurídicos.